

# vamos cuidar do Brasil



## 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente Resíduos Sólidos

JORNAL DA 4ª CNMA | 2ª EDIÇÃO | AGOSTO DE 2013



### Brasil decide o que fará com os resíduos sólidos

Logística reversa, responsabilidade compartilhada, além do papel das cidades e de seus habitantes têm sido discutidos por toda a comunidade

4/5

#### Como proceder para enfrentar um problema muito sério

Municípios precisam definir programas, ações, metas e indicadores sobre como será feito o tratamento do lixo

6

#### Educação ambiental e consumo sustentável exigem novo estilo de vida

A participação das crianças é importante para criar um país melhor

8



#### O país se mobiliza. Saiba quando e onde

Conferências municipais, regionais, estaduais e livres serão a base da reunião nacional

2/3

# Editorial

## Vamos Cuidar do Brasil

Há um ano começou o processo da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA) e, mais uma vez, estávamos diante do desafio de convocar as pessoas para uma mobilização nacional. A CNMA mobiliza a sociedade para o exercício do direito legítimo de manifestação, no qual governos municipais, estaduais, empresários e, principalmente, o cidadão estão dispostos a apontar caminhos capazes de tornar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) uma realidade em seu município, na sua vizinhança, no seu bairro.

Todos têm um papel a desempenhar e, principalmente, uma responsabilidade para com sua comunidade e com as futuras gerações. No entanto, sabemos que para tirar a lei do papel é necessário que as pessoas conheçam seu alcance. Saibam quais são seus deveres, seus direitos. Precisamos de uma nova consciência. Uma mudança de atitude. Não é pouco, já que durante séculos nos conformamos com padrões de produção e consumo que impactam o meio ambiente. É fundamental a compreensão de que o crescimento do mercado consumidor não significa, de forma alguma, que tenhamos que dilapidar o nosso patrimônio natural.

A Conferência, que sempre foi palco para o debate sobre o que fazer, tem seu foco voltado agora para como fazer e ganhou nova modalidade: livre, que é participação de qualquer grupo de pessoas. Mais de oito mil pessoas já se mobilizaram em associações, órgãos públicos, universidades, condomínios e organizações não governamentais. Essas conferências livres, que ocorrem pelo país, sempre pautadas pela busca de informação e proposta de soluções, estão sintonizadas com o novo tempo. É o tipo de mobilização que, sem dúvida, vai contribuir para mudar o Brasil.

As conferências em seus diferentes formatos e âmbitos (municipal, regional e estadual) fornecerão importantes contribuições para o encontro nacional, que ocorrerá de 24 a 27 de outubro, em Brasília. A estimativa é de que o movimento em torno da PNRS possa alcançar mais de 200 mil vozes, representando o novo pensamento que estamos buscando. Os graves problemas ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento sem sustentabilidade socioambiental requerem, de todos, ações imediatas.

**Izabella Teixeira**  
Ministra do Meio Ambiente

## EXPEDIENTE

Ministério do Meio Ambiente **Ministra: Izabella Teixeira**  
Secretário Executivo: Francisco Gaetani

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental **Mariana Meirelles**

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano **Ney Maranhão**

Produção, edição e revisão **Assessoria de Comunicação Social**  
Textos: Equipe de Jornalismo e colaboração das áreas técnicas das Secretarias do Ministério do Meio Ambiente

Fotos Capa **01-Lixão de Gramacho/RJ**  
Crédito: Leticia Verdi/MMA  
**02-Aterro Sanitário de Gravataí/RS**  
Crédito: Divulgação/MMA  
**03-Conferência Municipal de Belo Horizonte/MG**  
Crédito: Janaina Melo

Foto Pág.06 **Crédito: Divulgação/MMA**

Foto Pág. 07 **Crédito: Paulo de Araújo/MMA**

Projeto gráfico e diagramação **Leandro Luna**

Contatos **Telefone: 61. 2028-1227**  
**E-mail: imprensa@mma.gov.br**  
**facebook.com.br/ministeriomeioambiente**  
**Twitter: @mmeioambiente**  
**Canal YouTube: mmeioambiente**  
**Site: www.mma.gov.br**  
**flickr.com/photos/mmeioambiente**

# CALENDÁRIO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

## 2013

Região Norte	Período de realização
Roraima	13 e 14/08
Amapá	28, 29 e 30/08
Amazonas	28, 29 e 30/08
Pará	28, 29 e 30/08
Acre	03 e 04/09
Rondônia	05,06,07 e 08/09
Tocantins	10/09

Região Nordeste	Período de realização
Alagoas	23 e 24/08
Ceará	29 e 30/08
Pernambuco	30 e 31/08 e 01/09
Bahia	02 e 03/09
Sergipe	03/09
Piauí	03 e 04/09
Rio Grande do Norte	03 e 04/09
Maranhão	03, 04 e 05/09
Paraíba	10 e 11/09

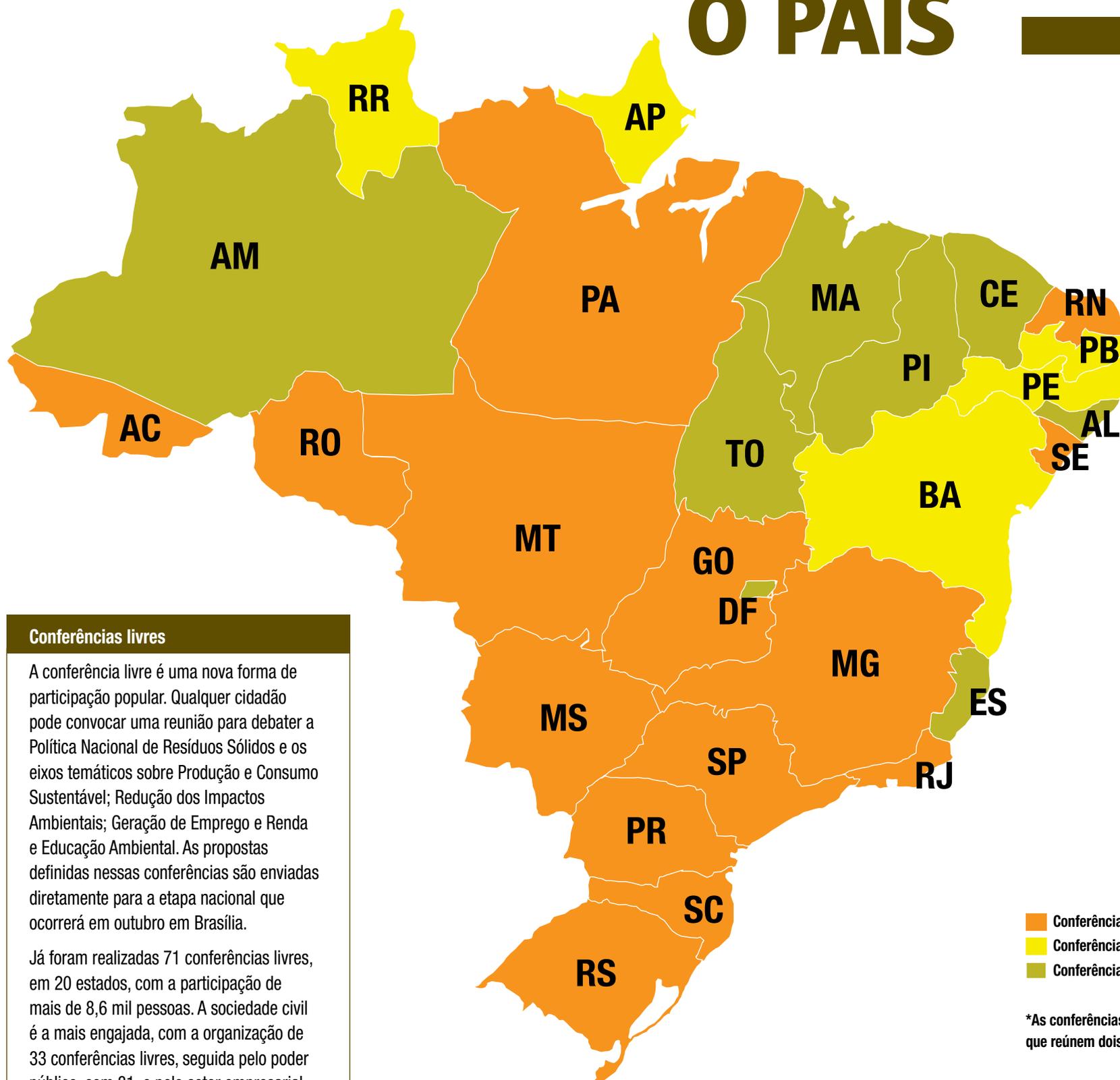
Região C. Oeste	Período de realização
Mato Grosso do Sul	26 e 27/08
Distrito Federal	11, 12 e 13/09
Mato Grosso	11, 12 e 13/09
Goiás	13 e 14/09

Região Sul	Período de realização
Rio Grande do Sul	31/08 e 01/09
Santa Catarina	05 e 06/09
Paraná	05 e 06/09

Região Sudeste	Período de realização
Espírito Santo	03 e 04/09
Minas Gerais	10 e 11/09
Rio de Janeiro	13, 14 e 15/09
São Paulo	20, 21 e 22/09

\* Qualquer alteração no calendário estará disponível no hotsite da conferência: [www.conferenciadomeioambiente.gov.br](http://www.conferenciadomeioambiente.gov.br)

# MAPA DAS CONFERÊNCIAS EM TODO O PAÍS



## Conferências livres

A conferência livre é uma nova forma de participação popular. Qualquer cidadão pode convocar uma reunião para debater a Política Nacional de Resíduos Sólidos e os eixos temáticos sobre Produção e Consumo Sustentável; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Emprego e Renda e Educação Ambiental. As propostas definidas nessas conferências são enviadas diretamente para a etapa nacional que ocorrerá em outubro em Brasília.

Já foram realizadas 71 conferências livres, em 20 estados, com a participação de mais de 8,6 mil pessoas. A sociedade civil é a mais engajada, com a organização de 33 conferências livres, seguida pelo poder público, com 31, e pelo setor empresarial, com sete.

- Conferências Municipais e Regionais\*
- Conferências Municipais
- Conferências Regionais\*

\*As conferências regionais são aquelas que reúnem dois ou mais municípios



# GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Conhecer os diferentes tipos e quantidades de resíduos gerados em um município é condição prioritária para sua adequada gestão, bem como a identificação de quem os produz e para que local está sendo destinado.

Gestão é o modo de conduzir o processo, que inclui a implementação de soluções, procedimentos e regras para organizar a geração, a coleta, o armazenamento, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, de modo a não trazer consequências indesejáveis à saúde das pessoas da comunidade e impactos negativos ao meio ambiente.

Os planos são, basicamente, documentos que mostram a situação atual dos resíduos sólidos (diagnóstico) e, a partir dele, estabelecem programas, ações, metas e indicadores para alcançar a gestão eficiente, tornando-se importante instrumento da política, servindo para minimizar as fragilidades encontradas e induzir o planejamento de forma estruturante.

De maneira geral, o plano de resíduos deve caracterizar os respectivos papéis de cada um, cabendo a todos a separação dos resíduos sólidos nos domicílios; ao poder público, a limpeza pública, implantação da coleta seletiva com a inclusão de catadores e manejo adequado dos resíduos sólidos, com a destinação ambientalmente adequada dos re-

jeitos; e, ao setor privado, a logística reversa. Além disso, a elaboração do plano é condição para que estados e municípios acessem os recursos federais para resíduos sólidos.

## ATERRO SANITÁRIO

Com a implantação da coleta seletiva, os resíduos são separados e apenas os rejeitos devem ir para os aterros sanitários, destinação ambientalmente adequada. Muitos aterros sanitários, após algum tempo de operação, acabaram transformando-se em lixões. Isto ocorreu principalmente por problemas de gestão: não previsão de recursos para manutenção e operação, erros de cálculo quanto à previsão do volume de resíduos recebidos, ausência de coleta seletiva, falta de programas para inclusão de catadores de materiais recicláveis, falta de equipe técnica capacitada, ausência de controle econômico-financeiro dos recursos municipais destinados à área de resíduos sólidos, entre outras fragilidades.

A gestão integrada dos resíduos sólidos, além de atribuir papéis para cada setor, também inclui todos os tipos de resíduos: Resíduos Sólidos Urbanos, Resíduos dos Serviços de Saúde, dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, da Construção Civil, dos Serviços de Transporte, bem como os resíduos provenientes das atividades agrossilvopastoris, de mineração, de portos, aeroportos e postos de fronteira e industriais.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) pode englobar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), desde que no componente “manejo de resíduos” sejam observados os conteúdos mínimos contidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

# CATADORES

## TÊM CIDADANIA GARANTIDA

Os depósitos de lixo a céu aberto, conhecidos como lixões, devem ser extintos até agosto do ano que vem. É o que prevê a Lei 12.305/10, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os resíduos devem ter a destinação final ambientalmente adequada. Para que isso aconteça, o governo federal está mobilizando inúmeros órgãos em todas as esferas. Catadoras e catadores de materiais recicláveis também precisam fazer parte desse processo de transição, pois cumprem importante função na reciclagem de materiais, colaborando para prolongar a vida útil do planeta.

Estima-se que existam cerca de 400 mil catadores no país. Esses trabalhadores ganham seu sustento na coleta, triagem e classificação de materiais recicláveis. Mais de 90% deles trabalham de forma isolada, em lixões e nas ruas dos municípios brasileiros.

Com o objetivo de defender os interesses da categoria, foi criado, em 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A inclusão da categoria no processo produtivo é um desafio. Do ponto de vista social, envolve indivíduos que tiram sua renda de um sistema de consumo do qual, eles próprios, são excluídos. É, ao mesmo tempo, um problema urgente e uma oportunidade de inclusão e correção de distorções sociais históricas.

### EM AÇÃO

As políticas de apoio aos catadores são cada vez mais visíveis, mas em sua maioria chegam apenas aos grupos organizados, principalmente em associações e cooperativas. A conquista mais recente foi a própria PNRS, que traz entre seus objetivos a inclusão de catadoras e catadores

de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e na coleta seletiva.

O Ministério do Meio Ambiente estimula a elaboração de planos municipais e estaduais de gestão integrada de resíduos sólidos, os quais devem abordar a inclusão de catadores.

A logística reversa, devolução dos produtos pós-consumo ao fabricante, um dos instrumentos da PNRS, também é uma oportunidade de fomentar a participação de organizações de catadores, principalmente no setor de embalagens. As empresas que geram esses produtos devem reduzir em 22% o volume total de embalagens que chega até os aterros sanitários. Juntamente com a coleta seletiva municipal, será fonte de recurso para viabilizar as iniciativas produtivas de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República, vai apresentar, durante as Conferências Estaduais de Meio Ambiente, o resultado de um estudo sobre a situação social de catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável no Brasil, com base no censo demográfico de 2010.

O estudo teve como principal objetivo fazer um diagnóstico por estado das condições socioeconômicas do público envolvido na atividade de reciclagem, além de apresentar dados sobre demografia, trabalho, educação, renda, acesso aos serviços públicos e inclusão digital.

Os dados, que podem subsidiar a implementação de políticas públicas locais e a elaboração (ou revisão) dos Planos Municipais e Estaduais de Resíduos Sólidos, também estarão disponíveis no site [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)



# EDUCAÇÃO: o começo de tudo

sensibilização e mobilização da sociedade, além de ter o papel essencial na promoção de mudanças da cultura e do comportamento das pessoas. A legislação traça, portanto, estratégias como essas que podem orientar e enriquecer os debates das Conferências municipais, regionais, estaduais e nacional.

O cidadão e os papéis que desempenham na sociedade – consumidores, contribuintes, clientes e usuários de serviços – também são extremamente importantes na dinâmica. Para garantir a saúde, por exemplo, não adianta apenas construir hospitais, é preciso se alimentar bem e fazer exercícios físicos. Em relação aos resíduos, vale a mesma comparação: é fundamental atuar em todas as etapas da gestão dos resíduos sólidos (evitar, minimizar, reciclar e tratar), e não apenas no final do processo, restringindo-se apenas à recuperação de resíduos.

## CONSUMO SUSTENTÁVEL

O consumo sustentável pode ser definido como um convite à mudança. É um chamado ao rompimento do modelo tradicional que não serve mais para o planeta, pois a população já consome mais recursos naturais do que se pode repor. Essa mudança de consciência passa pelo exercício do poder do consumidor em privilegiar empresas, produtos e serviços que consideram critérios de sustentabilidade, assim como evitar o desperdício de alimentos, água e energia.

O consumidor participa diretamente da construção de novos padrões de produção e consumo para o desenvolvimento sustentável. Padrões que não se baseiam apenas no crescimento econômico, mas também na redução das desigualdades sociais, no comércio justo e solidário e na responsabilidade compartilhada pela diminuição dos impactos ambientais.

A educação para o consumo sustentável é urgente em nações em desenvolvimento, onde há uma associação direta de progresso e riqueza ao aumento do poder de consumo. Um público que deve ser ensinado desde cedo sobre o consumo consciente é o infantil. As crianças estão cada vez mais sendo vistas como público-alvo de ações de estímulo ao consumo. Um exemplo disso é que o Brasil é o segundo maior consumidor de produtos infantis destinados a pessoas de 0 a 10 anos, de acordo com o instituto de pesquisa Euromonitor.

Mas as crianças também são importantes para a viabilização das transformações necessárias. Por meio da educação, do acesso à informação, da instigação do debate em casa – principalmente do exemplo dos pais – as crianças podem começar a aprender desde cedo a ter comportamentos sustentáveis e a não cair nas armadilhas do consumismo. As escolas também têm papel fundamental na formação dos adultos de amanhã.

Ser ambientalmente sustentável não significa deixar de comprar. O problema é quando esse consumo é excessivo, gerando o consumismo. O consumismo é um fenômeno típico contemporâneo, que é estimulado sobretudo pelas estratégias de marketing e publicidade, e pode gerar consequências danosas não só ao meio ambiente, mas à saúde e ao convívio social.

O desafio para o alcance de um desenvolvimento sustentável é fugir do padrão da “sociedade de consumo” e migrar para o modelo que recicla, reaproveita e que consome o que precisa com moderação, preservando a qualidade de vida.

Um dos principais instrumentos para a gestão de resíduos sólidos é a educação ambiental, que passa pela compreensão do processo de consumo e suas consequências, tais como a superprodução de resíduos sólidos, sendo fundamental a participação e conscientização do consumidor para alterar de modo expressivo os hábitos diários.

A educação ambiental tem o papel de proporcionar mudanças sobre a maneira que cada pessoa pode atuar nos espaços em que convivem, para evitar a produção dos resíduos sólidos e estabelecer uma profunda mudança social sobre a necessidade do uso dos recursos naturais.

É inadiável definir o que fazer com tantos resíduos sólidos produzidos e descartados sem cuidado, o que gera grandes impactos ambientais e de saúde.

## CONSEQUÊNCIAS

Em uma perspectiva transformadora, a educação ambiental deve permitir melhores formas de agir, intervir e identificar as consequências do consumo e da geração de resíduos sólidos. Além da transmissão de informação, deve haver um chamamento às atitudes das pessoas, realçando o papel de cada um. Caso contrário, há o risco de apenas seguir a legislação brasileira que, apesar da construção social e democrática, não consegue resolver, sozinha, os problemas dos resíduos sólidos.

No processo de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a educação ambiental é um instrumento de

## Confira algumas DICAS para a prática do consumo sustentável:

- Comprar o necessário para o bem-estar, sem exageros;
- Informar-se sobre a origem dos produtos e seus impactos;
- Adotar atitudes sustentáveis no cotidiano, tais como: tomar banhos mais curtos e desligar a torneira ao escovar os dentes;
- Desligar os aparelhos eletrônicos que não estão sendo usados e a luz de cômodos desocupados;
- Levar a sacola de compras não descartável para o supermercado;
- Optar por produtos fabricados na região onde se mora, para fortalecer pequenos e médios produtores;
- Utilizar transporte coletivo, se possível oferecer carona solidária;
- Reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos;
- Promover a troca solidária ou doar o que já não se usa mais;
- Estimular a educação sobre o consumo consciente para filhos e/ou outras crianças da família;
- Não comprar produtos piratas ou contrabandeados.